

## **A Administração Pública e as Referências aos Clássicos Interpretativos do Brasil no Pensamento Acadêmico da Primeira Década e Meia de Vigência da Reforma do Aparelho de Estado**

**Autoria:** Paulo Emilio Matos Martins, Cláudio Roberto Marques Gurgel, Daniella Munhoz da Costa Lima, Leonardo Vasconcelos Cavalier Darbilly, Agatha Justen Gonçalves Ribeiro, Camila Giraud Santos

### RESUMO

Este relato de investigação acadêmica objetiva fazer um balanço analítico das referências bibliográficas utilizadas nos trabalhos sobre Administração Pública apresentados nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD): 1. EnANPAD - nos anos de 1995 (João Pessoa), 1996 (Angra dos Reis), 1997 (Rio de Janeiro), 1998 (Foz do Iguaçu), 1999 (Foz do Iguaçu), 2000 (Florianópolis), 2001 (Campinas), 2002 (Salvador), 2003 (Atibaia), 2004 (Curitiba), 2005 (Brasília), 2006 (Salvador), 2007 (Rio de Janeiro), 2008 (Rio de Janeiro), 2009 (São Paulo) e 2010 (Rio de Janeiro), totalizando 1.273 artigos, e 2. EnAPG - nos anos de 2004 (Rio de Janeiro), 2006 (São Paulo), 2008 (Salvador) e 2010 (Vitória), totalizando 580 artigos. Considerando os dois eventos (EnANPAD e EnAPG), a base de análise é de 1853 artigos. Ou seja, todos os eventos da Associação sobre a temática nos primeiros quinze anos de vigência da reforma administrativa proposta pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE). A metodologia de análise desta pesquisa considera como universo de investigação as referências (estimadas em mais de 40.000) dos 1.853 trabalhos selecionados para apresentação nesses encontros. Assim, esta pesquisa classifica-se como documental-bibliométrica e, no instante deste relato, analisa uma amostra de, aproximadamente, 85% das referências totais do universo. Como principais variáveis investigadas destacamos: o crescimento anual do número de artigos/referências desses eventos e a presença nesse universo do pensamento social brasileiro e das interpretações clássicas do Brasil (em todo o período), com base na relação de 42 pensadores (ABRAS 2008, 2011; BOTELHO e SCHWARCZ, 2009; SANTIAGO, 2002). Buscou-se, assim, elaborar um panorama inicial dessa produção científica. Para isso, montou-se um banco de dados a partir dos artigos publicados nos Anais dos vinte encontros dos dois eventos da ANPAD no período estudado. Observou-se um significativo crescimento de 860% no número dessas referências entre 1995 e 2010, quiçá em parte explicáveis pelo período de mudanças daquela reforma administrativa. Por outro lado e como principal observação constatou-se uma participação baixíssima (mínima de 0,3% e máxima de 2,2%) de referências às obras clássicas do pensamento social brasileiro e de seus intérpretes em todo o período analisado, sendo os mais citados: Guerreiro Ramos (26%), Celso Furtado (17%) e Raimundo Faoro (11%). É importante notar que apenas estes três autores concentram mais de 50% das referências do pensamento interpretativo do Brasil. Finalmente é destacável uma preocupante tendência de queda nessa participação em todo o período estudado.

## 1 O caráter histórico-singular da ação reformadora

A literatura recente sobre Administração (MARTINS, 1999, 2001; COSTA, BARROS e MARTINS, 2010) tem destacado o caráter singular do fenômeno administrativo e sua historicidade. Desse fato resulta a atenção que se requer, de um lado, por parte de seus analistas, de outro, dos reformadores do espaço organizacional e de sua dinâmica, no sentido de não resvalar para a sempre simplista tendência à generalização e à anistoricidade.

Ricoeur (2007) destaca que, tanto o excesso quanto a escassez de memória – ou do interesse pela mesma – são representativos de alguma coisa. Com base neste pensamento, como poderíamos interpretar as ações transformadoras introduzidas no Estado brasileiro, a partir do processo de reformulação por que o mesmo tem passado, desde 1995, com o projeto de reforma administrativa, proposta pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE), liderado pelo ministro de Estado- professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)?

Esta comunicação - primeira fase de relato de uma investigação com o objetivo de constituição e análise de um banco de dados com as referências teóricas que têm orientado a reflexão acadêmica sobre o referido processo de reforma -, busca verificar, preliminarmente, até que ponto os nossos acadêmicos se utilizam da literatura interpretativa do Brasil nas suas análises ou em que grau os textos de orientação epistemológica universalista - característicos da literatura sobre Administração produzida nos grandes centros políticos e econômicos mundiais e disseminados globalmente -, se sobrepõem à literatura social brasileira.

## 2 A Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro de 1995

A reforma do Estado no Brasil, iniciada sistematicamente a partir de 1995, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, e executada pelo hoje extinto Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), constitui, à parte as controvérsias, um marco na Administração Pública brasileira. Uma vez que a prática administrativa caminha e constrói-se dialeticamente com a teoria, a produção acadêmica da área expressa tal impacto.

Com o objetivo de analisar a produção acadêmica em Administração Pública a partir da Reforma do Estado, estamos organizando um banco de dados com as referências bibliográficas dos trabalhos sobre Administração Pública apresentados nos congressos da área de Administração, a saber, o ENANPAD, de 1995 a 2010, e o ENAPG, de 2004 a 2010.

Antes de entrar nas análises parciais dos dados coletados, consideramos importante fazer um preâmbulo sobre a Reforma do Estado, resgatando seu histórico e os impactos no contexto brasileiro e adiantando algumas preocupações sobre o seu desenvolvimento teórico-prático no Brasil.

É conhecido que a reforma do Estado expressa um movimento mundial, liderado pelo Reino Unido de Margareth Thatcher e pelos Estados Unidos de Ronald Reagan. Em ambos os casos, o movimento de reforma “é baseado na cultura do empreendedorismo, que é o reflexo do capitalismo flexível” (Paula: 2005, p. 37/38)

Interessante notar que o projeto reformista, bem exemplificado pela obra de David Osborne e Tad Gaebler, *Reinventing the Government* (1992) - que chegou a ser conhecido como o “movimento reinventando o governo” ou Nova Administração Pública -, propõe um projeto universal, aplicável a qualquer contexto cultural (PETERS; PIERRE, 1998). Nesse sentido, poderia, via articulação do Consenso de Washington, ser implementado pelos países latino-americanos. Peters e Pierre (1998) afirmam que a campanha *New Public Management* (NPM), em comparação com a chamada “governança”, é ideológica e nega qualquer especificidade política ou cultural do setor público.

Na estreita relação do gerencialismo com o sistema pós-fordista de produção, incorporado a nível mundial, “o gerencialismo passou a representar as necessidades das mais diversas empresas e governos, transcendendo, portanto, as matrizes histórico-culturais locais.” (PAULA, 2005, p. 38). Ainda segundo Paula (2005), o consenso de caráter liberal, que levou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao poder, formado a partir da crise do nacional-desenvolvimentismo, baseou-se em três estratégias, quais sejam: “a estratégia de desenvolvimento dependente e associado; as estratégias neoliberais de estabilização econômica; e as estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado.” (PAULA, 2005, p. 38).

Do ponto de vista prático, o Plano Diretor da Reforma do Estado possuía, segundo Lustosa da Costa (2008), cinco diretrizes básicas: institucionalização, por meio de mudanças na lei; racionalização, ou seja, produzir mais com menos (recursos materiais e humanos); flexibilização da administração; publicização, que se verificou através da abertura às Organizações Sociais; e desestatização, cujos pilares são a terceirização, a privatização e a desregulamentação. Em termos de resultados, Lustosa da Costa (2008) chama ainda atenção para o fato de que em âmbito federal, sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), nunca foi feita a avaliação estrutural da reforma; a única agência executiva criada foi o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro); e surgiram apenas algumas organizações sociais. Das diretrizes supracitadas, a privatização foi a mais realizada.

Faz-se necessário observar que, se por um lado, houve uma relativa diminuição no andamento da reforma do Estado na esfera federal após o governo FHC, por outro ela encontra seu auge nos âmbitos estaduais e municipais. São exemplo disto os grandes Estados da Federação, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, cujos programas reformistas continuam em desenvolvimento. É justamente por isso que mantemos o entendimento de que a referida reforma permanece um marco e um objeto relevante para a produção acadêmica na área da Administração Pública.

A rigor, nesses cenários estaduais, a interpretação sobre a crise que obrigou à reforma continua referenciada nos mesmos parâmetros teórico-políticos do pensamento neoliberal. A crise pela qual se passou nos anos 1970, e que parece ainda não se ter esgotado, continua a ser vista, como demonstram as medidas de austeridade adotadas na Europa recentemente, como uma crise do Estado. Nos mesmos termos adotados por Bresser-Pereira (1996), uma crise fiscal, uma crise do modo de intervenção e uma crise da forma burocrática de administração.

A resposta dada pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado, lembrada no início desta seção, e reproduzida nos níveis inferiores de governo, teve como objetivo a delimitação das funções do Estado e a sua redução; a diminuição do grau de sua interferência no âmbito econômico e de prestação de serviços públicos; o aumento da *governabilidade* e a elevação dos padrões de *governança*.

A rigor, os três primeiros objetivos se integram, à perfeição. A nova delimitação do Estado, como melhor seria tratado o objetivo, que supõe a diminuição do Estado, está intimamente ligada à *governabilidade*, uma vez que ao proceder à vultosa transferência de ativos públicos para o setor privado, viabilizou-se uma nova *condensação de relações de forças*, que, como diz Poulantzas (1985), é o que assegura o desenvolvimento de todo e qualquer projeto de Estado. Por outro lado, essa operação de transferência de ativos e gestão, foi seguida de delegações, principalmente praticadas por via das concessões públicas. A combinação de privatizações e delegações certamente diminuiu a interferência do Estado, no conceito de interferência como oferta direta de bens e serviços, pelo setor público. O percurso inverso também pode observado na integração dos três objetivos pela redução da interferência, que se dá exatamente pelas transferências e delegações, que por seu turno fazem

parte da nova aliança ou, segundo Paula (2005), “o consenso de caráter liberal” que se constituiu com a crise do keynesianismo e do *welfare state*, nos anos 1970.

Dos quatro objetivos, porém, o aumento da *governança* é o objetivo que parece se apresentar com certa independência dos demais, ainda que se possa dizer beneficiário de um hipotético Estado mínimo. O Estado mínimo teria influência positiva no aumento da *governança*, a se acreditar, como muitos, que o minimalismo é a chave da boa gerência. Afora isto, é este objetivo - o aumento da *governança*, entendido como a capacidade operacional e técnica de gerir o aparelho estatal – um objetivo que remete, de modo mais que evidente, para a administração pública, enquanto ciência. Se os demais objetivos cobram empenho essencialmente político e econômico, ainda que a boa *governança* já se exija no processo da reforma, o fato é que o aumento da *governança* é essencialmente um investimento nas bases teórico-práticas da administração, mesmo cabendo reconhecer que proporções de política e economia se tornam necessárias.

O investimento que se faz, seguindo o padrão internacional, é referenciado na *New Public Management*, particularmente no que ficou conhecido como *gerencialismo*. O *gerencialismo*, em termos consensuais, é a adoção das chamadas *melhores práticas* da gestão privada no ambiente da gestão pública.

Temos, portanto, dois blocos de medidas que constituem a reforma do Estado brasileira: medidas que visam reduzir a presença/interferência do Estado no âmbito econômico e de prestação de serviços, ainda que públicos; e medidas que têm por finalidade substituir, nos termos de Bresser-Pereira (1996), a burocracia weberiana pela *administração gerencial*.

As primeiras medidas lançam mão intensamente das concessões licitadas – delegando-se ao setor privado a oferta de serviços de energia, telefonia, transportes, água e esgoto, para lembrar os mais notáveis. As segundas medidas trazem para o setor público principalmente a terceirização, a gestão por processo, a gestão estratégica, o *downsizing*, a gestão do conhecimento, a qualidade total e a *virtualização*, esta última entendida como *e-govern*, principalmente.

São medidas que, como já dissemos, reproduzem as práticas usadas, nos anos 1980, pelos países centrais, supondo-se um modelo universal. As condições em que se efetivaram estas transferências e delegações, assim como as condições em que as *melhores práticas* foram introduzidas na administração pública, são inevitavelmente as condições ditadas pela acumulação histórica brasileira, que já haviam revelado sua dificuldade de assimilação da própria burocracia, conforme se vê nos conhecidos texto de Fred Riggs (1964;1968).

Ademais, não trabalhamos com a idéia de que o modelo gerencial é hegemônico no campo teórico da administração pública. Diversos estudiosos e críticos da reforma do Estado propõem uma perspectiva alternativa a este modelo, formulando substitutivos voltados para o fortalecimento da cidadania, da democracia e do atendimento às demandas sociais (PAULA, 2005; LUSTOSA DA COSTA, 2008; KLIKSBERG, 2001).

Independentemente das controvérsias sobre a efetividade da reforma para o grande público, muitas vezes tão queixoso dos serviços como já fora antes, caberia esperar que a experiência dos povos e a valorização das teorias ambientais da administração, sugerissem aos reformadores, e aos que se preocupam com a reforma e suas consequências, frequentes visitas ao pensamento social brasileiro. É esta produção teórica que de forma rica faz o registro e a análise da formação histórica e dos aspectos culturais, políticos e sociais reconhecidamente capazes de afetar qualquer projeção administrativa, especialmente pública.

Ferir este assunto – indagar sobre a produção acadêmica acerca da reforma e seus referenciais teóricos no contexto brasileiro - é o que se pretende com este texto.

### 3 A Importância da Avaliação da Produção Acadêmica

Desde o início da década de 90, esforços diversos têm sido realizados por parte de pesquisadores da área da administração com o intuito de realizar a análise do conhecimento produzido dentro desse campo. Dentre alguns dos trabalhos que mais marcaram o início dessa vertente de estudos no Brasil, se pode citar as clássicas pesquisas desenvolvidas por Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990), Vergara e Carvalho Jr. (1995) e Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) no âmbito dos estudos organizacionais, os quais abriram o caminho para que o mesmo fosse feito por parte de outras disciplinas, tais como as áreas de recursos humanos, marketing e estratégia.

De fato, conforme Vieira (2003), os trabalhos clássicos que inauguraram a análise da produção acadêmica no Brasil estavam voltados, sobretudo à área de organizações, sendo que, de acordo com Saraiva e Carrieri (2009, p.159), a principal conclusão alcançada pela maior parte desses estudos foi que “a qualidade da produção científica brasileira em Administração não correspondia ao seu crescimento em quantidade”. Também, Andrade (2007), ao mencionar os principais pontos destacados por esses trabalhos, afirma que todos possuíam a qualidade como elemento central e crítico na análise da produção nacional. Conforme a autora:

Por exemplo, no início dos anos de 1990, Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990) já indicavam a ‘qualidade duvidosa’ da produção científica brasileira em Administração, predominantemente funcionalista e de ‘tom prescritivo’. No encerrar dessa década, não houve grande diferença. Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) destacaram ainda a necessidade de se discutir a qualidade da produção no campo. Estes autores se aliaram a outros para enfatizar a condição periférica, a falta de originalidade, as deficiências epistemológica e metodológica, o mimetismo ao estrangeiro, entre outros aspectos, que limitam a expressividade da produção científica nacional. (ANDRADE, 2007, p. 84)

Dessa forma, com base na afirmação feita pela autora, a realização de pesquisas com o intuito de realizar balanços sobre a produção científica brasileira na área da administração parece central para que se possa compreender, além da questão relacionada à própria qualidade inerente a tais trabalhos, outros aspectos igualmente importantes, tais como aqueles relacionados à originalidade do que está sendo escrito, as principais epistemologias as quais orientam a visão de mundo dos pesquisadores, os procedimentos metodológicos usualmente utilizados em tais pesquisas e, também o próprio referencial teórico adotado que serve de base para a realização das análises propostas. Dessa forma, para que reflexões desse tipo possam gerar contribuições significativas dentro de algum campo de conhecimento, faz-se essencial que os pesquisadores tenham clareza do próprio significado da produção científica e do papel que ela exerce dentro da academia.

Ao discorrer sobre esse último ponto, Vieira (2003, p.83) afirma que o papel fundamental da produção acadêmica em qualquer área de conhecimento é “servir de referência para praticantes e estudiosos”. Ainda, conforme o autor, o impulso para a produção de novos conhecimentos se dá a partir da própria necessidade de se renovar aquele conhecimento, tendo os programas de pós-graduação e os periódicos da área um papel central nesse sentido. Conforme o autor:

Compreende-se que a renovação e o vigor da produção acadêmica no âmbito de cada programa de pós-graduação e pesquisa em Administração, por exemplo, ocorram essencialmente pela própria produção e por aquilo que ela reflete na forma de publicação científica. À medida que se estabelece uma produção inicial, portanto, engendra-se a possibilidade de se constituir um fluxo onde a noção mais importante para o avanço do conhecimento é a de continuidade (VIEIRA, 2003, P.83).

Já Vergara e Pinto (2001, p.104) afirmam, sobre as a escolhas relativas ao referencial teórico adotado em um trabalho, que “o conjunto de referências bibliográficas utilizadas pelos autores brasileiros pode revelar, em maior ou menor grau, sua busca por uma análise organizacional sintonizada com a sociedade na qual é gerada”. Nesse sentido, os autores ressaltam que, além da utilização de um determinado referencial servir como o suporte teórico de argumentação do pesquisador e relevar suas principais inquietações, preferencias e suposições, ela pode ser indicadora “da importância por ele atribuída à produção científica e ao contexto brasileiro” e também “do seu condicionamento por outras culturas que não a brasileira”. (VERGARA E PINTO, 2001, p.104).

Saraiva e Carrieri (2009), em sintonia com as preocupações expressas por Vergara e Pinto (2001), também ressaltam a pouca frequência com que o referencial teórico brasileiro é utilizado nos estudos em administração. Em referência à pesquisa feita por Bignetti e Paiva (2001), na qual se analisou quatro anos de publicações no campo, os autores afirmam que aqueles “constatarem a referência a Clóvis L. Machado-da-Silva, no total de dez citações, Maria Ester de Freitas, com sete citações e André Gustavo Lopes de Souza Caetano, com duas citações”, chamando a atenção para o fato de que “os autores, no próprio trabalho, não se referenciam a autor nacional algum” (SARAIVA; CARRIERI, 2009, p. 159).

Andrade (2007), por sua vez, ao realizar uma reflexão sobre a produção científica da Administração no Brasil, destaca duas questões-chave as quais, em sua visão, são essenciais para que se possa discutir o assunto de maneira crítica. Primeiramente, a autora destaca a pertinência cultural dos estudos produzidos na área da administração, ressaltando o fato de que o conhecimento da área produzido no Brasil caracteriza-se pelo fenômeno do mimetismo, uma vez que está submetido ao pensamento anglo-saxão e nele se baseia acriticamente. Tal utilização de referenciais estrangeiros, em sua visão, “limita um desenvolvimento teórico independente, criativo e original do campo no país e em relação ao mundo” (ANDRADE, 2007, p. 84). Em segundo lugar, afirma ela, deve-se considerar a preocupação por parte do próprio sistema brasileiro de pós-graduação com a inserção internacional da produção científica brasileira em Administração, sendo a recomendação dos organismos responsáveis a adoção dos padrões de qualidade de outros países. Assim, Andrade (2007, p. 84) afirma que “dessa forma, somente são considerados programas de pós-graduação de excelência aqueles que apresentam um grau de inserção internacional significativo e, na sua mensuração, a produção científica tem peso considerável.”

Já Misocsky, Flores e Böhm (2008, p.184-185), ao abordar a produção do conhecimento e o próprio processo de pesquisa com base em autores como Foucault e Deleuze, afirmam que, no que diz respeito à produção de conhecimento, “o tatear, o experimentar, o resistir implicam na exploração de novos conceitos e teorias que devem estar relacionados com problemas que sejam os nossos, com nossa história e, sobretudo, com nossos devires”. Sendo assim, na visão dos autores, faz-se essencial que o pesquisador produza conhecimento a partir de uma perspectiva crítica a qual é necessária para que seja possível resistir a ideologias hegemônicas presentes nesse campo de estudo, contribuindo, dessa forma, para a “formação de uma nova moral e de uma nova cultura, ou seja, contribuir para a produção da contra-hegemonia” (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008, p.186).

Caldas (2003, p.65), em artigo publicado em uma edição especial da *Revista de Administração de Empresas* a qual teve como intuito discutir o desenvolvimento de teorias em estudos organizacionais, centra sua preocupação na qualidade dos artigos que vem sendo publicados na área, a exemplo dos outros trabalhos anteriormente mencionados. De acordo com ele:

a continuidade do aumento quantitativo da nossa produção não garantirá a sustentação do campo, se não vier acompanhada de uma significativa **melhoria qualitativa da nossa pesquisa**, que em última instância se traduz na – **consolidação da relevância do campo**.

Em outras palavras, um campo científico que apenas cresce *quantitativamente*, mas que não se prova *qualitativamente* vigoroso, se torna irrelevante, seja para a prática, seja para a teoria, ou – pior ainda – para ambos os lados dessa única moeda. (CALDAS, 2003, p.65).

Assim, o autor, com o objetivo de refletir sobre algumas possibilidades de resolução do problema mencionado anteriormente, afirma ser necessário que a produção do conhecimento na área atenda alguns requisitos. Em primeiro lugar, afirma ele que os pesquisadores deveriam conhecer e buscar atender aos critérios aceitos pelo campo como válidos em âmbito internacional. No entanto, lembra o autor que, em paralelo a isso, é importante o foco em temáticas de interesse local e que os pesquisadores possam “orientar-se para aquilo que for relevante para a práxis local” (CALDAS, 2003, p.43). Por fim, Caldas (2003, p.67) afirma que “é óbvio que precisamos relativizar, complementar e adaptar (à nossa realidade) boa parte do que esses textos sugerem como essencial a uma ‘contribuição científica relevante’ ou ‘de boa qualidade’”.

Também, Carvalho e Vieira (2003), ao refletirem sobre a produção do conhecimento no campo da administração, acabam por chegar a conclusões próximas das acima mencionadas e, mais uma vez, centram suas atenções no fenômeno do aumento vertiginoso do número de participantes e de trabalhos submetidos nos eventos mais conhecidos da área, bem como na qualidade do que vem sendo publicado. Ao expressarem preocupação com o que denominam como um processo de produção em massa no âmbito da academia, os autores afirmam que “esta elogiada ‘quantidade crescente’ de produção realizada encerra um, também crescente, perigo: a subordinação às metas, às estatísticas de sucesso, algo que, por exemplo, atormenta artistas e desportistas: (...) não quebrar mais um recorde”. Nesse sentido, afirmam eles que dispor de tempo para refletir é essencial para que pesquisadores possam produzir trabalhos originais e relevantes, conforme fica claro no trecho abaixo:

Nossa reflexão dirige-se para a preocupação com o rumo a que nos conduzem os critérios ora utilizados para avaliação e, principalmente, seus reflexos na formação dos quadros que, no futuro, serão, portanto, os pesquisadores, geradores de conhecimento do nosso país. A produção de conhecimento genuíno, criativo, teórico e original, em detrimento da simples aplicação e teste de conhecimentos gerados em outros lugares, requer um tempo diferente daquele da produção em massa. Seus efeitos também são diferentes. Contribuem, de fato, para a constituição de uma *intelligentsia*, fundamental para o desenvolvimento soberano de um país (CARVALHO E VIEIRA, 2003, p. 186).

Carvalho e Vieira (2003) afirmam, ainda, que um dos problemas que se verifica no atual contexto da academia está relacionado ao que apontam ser a fabricação de uma *ciência dócil*, na qual o consenso impera a partir da reprodução de pensamentos que já foram legitimados dentro do campo, ao mesmo tempo em que o confronto de idéias é evitado e os espaços de diálogo não se apresentam. Assim, os autores afirmam que se faz uso do pensamento dominante pelo fato deste ser aceito com maior facilidade e sem que se necessite de tanto esforço e de tanto tempo para torna-lo legítimo e fundamentá-lo. Tal harmonia que reina no campo das idéias, na palavra dos autores, é “sinal de desalento e de acomodação, é sinal de domesticação da má consciência de que falava Bourdieu” (CARVALHO E VIEIRA, 2003, p. 187).

Conforme afirmado no início dessa seção, a análise da produção acadêmica vem sendo objeto de estudo por parte de diversas disciplinas que compõem as chamadas ciências administrativas. De acordo com Jabbour, Santos e Barbieri (2008), no contexto internacional, a realização de balanços sobre a produção científica é recorrente, ocupando tais trabalhos locais de destaque em periódicos internacionais de diversos campos do conhecimento, como, por exemplo, as áreas de ciências biológicas e a de ciências humanas, dentro da qual se incluem as ciências econômicas e a administração. Os autores afirmam que, na década de 90,

o interesse de realizar tais balanços na área da administração começa a surgir, sendo o Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração [ENANPAD] o principal fórum de divulgação desses trabalhos. Jabbour, Santos e Barbieri (2008) lembram, também, que, até então, os balanços da produção acadêmica brasileira não recebiam destaque nos principais periódicos da área e considerados como de excelência pela CAPES, sendo os trabalhos de Siqueira (1988) e Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990) pioneiros nesse sentido, com foco na área de organizações.

Com o passar do tempo, diversos outros estudos vem sendo realizados os quais possuem como objetivo realizar o mesmo tipo de análise em outras subáreas. Na área de marketing, pode-se citar o trabalho realizado por Vieira (2003) o qual procurou analisar “a influência da publicação científica brasileira na área de marketing para a produção acadêmica no Brasil”. Dentre algumas das conclusões alcançadas pelo autor, está o fato de que “quando usa periódicos como referências em seus estudos, o pesquisador brasileiro de marketing privilegia os periódicos internacionais”, além de haver uma “descontinuidade e fragilidade da pesquisa e da produção acadêmica em marketing no Brasil”, causada pela desconsideração por parte desses pesquisadores de produções que analisam o contexto empresarial brasileiro (VIEIRA, 2003, p. 88). Outro trabalho que deve ser mencionado foi aquele realizado por Saraiva e Carrieri (2009) o qual teve como objetivo avaliar a qualidade e a originalidade da produção acadêmica no Brasil na área de estratégia. Os autores, a partir de sua análise, descobriram altos níveis de reprodução de trabalhos que haviam sido publicados anteriormente, além da “reprodução de trabalhos de terceiros sem a devida citação” (SARAIVA E CARRIERI, 2009, p. 164). Já na área de recursos humanos, vale a pena citar trabalho desenvolvido por Tonelli, Caldas, Lacombi e Tinoco (2003), o qual teve como intuito realizar um balanço da produção em Recursos Humanos na década de 1990. Os autores concluíram, dentre outras coisas, que “sua base epistemológica é eminentemente funcionalista; a base metodológica é frágil (...) e a diversidade de origem é baixa”, com mais de 65% da produção vindo de apenas 7 programas de pós-graduação (TONELLI, CALDAS, LACOMBI E TINOCO, 2003, p. 105). Por fim, trabalho realizado por Fadul e Silva (2009) teve como objetivo “analisar os limites disciplinares e o desenvolvimento de abordagens inter, multi e transdisciplinares nos campos da administração pública e dos estudos organizacionais”. Tendo como base as divisões Administração Pública e Gestão Social e Estudos Organizacionais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, (EnANPAD), os autores concluíram que “essas divisões priorizam, com dificuldade, a abordagem unidisciplinar, e apresentam abordagens inter e multidisciplinares sem sistematização, não conseguindo usufruir as possibilidades, nem superar os limites de cada uma delas” (FADUL E SILVA, 2009, p. 352).

Indo ao encontro dos esforços feitos por parte dos trabalhos acima mencionados, o presente estudo pretende contribuir para a realização de um balanço da produção científica no âmbito da divisão de Administração Pública e Gestão Social do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, (EnANPAD) e do Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG), especialmente no que tange à análise das referências que utilizadas por pesquisadores que se dedicam a esse tema. De forma mais específica, a principal motivação que levou os autores a realizar tal investigação está relacionada à que tipo de literatura tem sido usada para se pensar a gestão pública em nosso contexto, sendo um pressuposto aqui presente o de que não é razoável a plena compreensão da dinâmica social e das singularidades de nossa cultura sem que se mergulhe nas obras clássicas de intérpretes do pensamento social brasileiro. É essa indagação que motivou os autores a iniciar esse estudo, o qual, se espera, possa abrir outras portas para análises diversas dentro da área de administração pública.

#### 4 Procedimentos Metodológicos

Este relato de pesquisa levanta as citações utilizadas na produção científica nacional da área de administração pública no período de 1995 a 2010. A base de dados desta pesquisa foi composta pelos artigos publicados nos Anais dos dezesseis Encontros Anuais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) nos anos de 1995 (João Pessoa), 1996 (Angra dos Reis), 1997 (Rio de Janeiro), 1998 (Foz do Iguaçu), 1999 (Foz do Iguaçu), 2000 (Florianópolis), 2001 (Campinas), 2002 (Salvador), 2003 (Atibaia), 2004 (Curitiba), 2005 (Brasília), 2006 (Salvador), 2007 (Rio de Janeiro), 2008 (Rio de Janeiro), 2009 (São Paulo) e 2010 (Rio de Janeiro), que totalizam 1273 artigos. E pelos artigos publicados nos Anais dos quatro Encontros de Administração Pública e Governança (EnAPG) realizados pela ANPAD nos anos de 2004 (Rio de Janeiro), 2006 (São Paulo), 2008 (Salvador) e 2010 (Vitória) que totalizam 580 artigos. Considerando os dois eventos (EnANPAD e EnAPG), a base de análise é de 1853 artigos e mais de 40.000 citações estimadas. A Tabela 1 apresenta esta evolução dos trabalhos da área de administração pública e da área de administração dentro dos eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) apresentados ano a ano.

Tabela 1

#### Evolução dos Artigos Publicados na Área de Administração Pública e Total da Área de Administração

ANO / EVENTO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Artigos apresentados no EnAPG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	108	-	148	-	176	-	148
Artigos de administração pública apresentados no EnANPAD	21	30	28	39	40	41	58	65	71	87	129	133	154	157	117	103
Total de Artigos em Adm. Pública (EnANPAD e EnAPG)	21	30	28	39	40	41	58	65	70	195	129	281	154	333	117	251
Total de Artigos apresentados no EnANPAD	212	278	242	250	271	364	429	552	627	784	778	833	964	1000	883	855

**Nota.** Fonte: elaboração dos autores com base nos Anais do EnANPAD (1995-2010) e do EnAPG (2004 a 2010)

O período 1995-2010 foi escolhido por retratar o decênio e meio posterior a Reforma que, conforme foi mencionado anteriormente neste artigo, à parte as controvérsias, representa um marco na administração pública brasileira. Quanto aos eventos escolhidos, optou-se pela escolha dos encontros EnANPAD e EnAPG pela representatividade que os mesmos têm no Brasil no que se refere à divulgação da pesquisa científica em Administração.

Os artigos foram identificados como pertencentes à área de administração pública por meio dos seguintes procedimentos: a) nos Anais do EnAPG foram considerados todos os artigos, dado tratar-se de evento específico da divisão de Administração Pública; b) nos Anais do EnANPAD considerou-se os artigos apresentados na divisão de Administração Pública (AP) nos anos de 1995 a 2000, de Gestão Pública e Governança (GPG) e de Políticas Públicas (POP) nos anos de 2001 a 2004, de Administração Pública e Gestão Social (APS) nos anos de 2005 a 2009, e de Administração Pública (APB) para o ano de 2010.

Quanto à elaboração do banco de dados, foram utilizados os *softwares* Excel 2007 e SPSS versão 16. Os dados dos artigos foram organizados em planilhas individuais para cada ano, dispostos em colunas com os seguintes conteúdos: a) nome do encontro; b) ano do encontro; c) área; d) tema; e) número de identificação do artigo; f) nome do(s) autor(es) do artigo; g) título do artigo; h) palavras-chave; i) número de referências utilizadas no artigo; j) autor da citação; k) título da obra da citação; l) observações. Na construção do banco de dados, cada informação referente à autoria e ao título das citações foi colocada numa linha

diferente e as demais informações do artigo levantado foram repetidas tantas vezes, quanto o número de referências deste artigo. O campo palavra-chave não foi preenchido neste primeiro momento, pois os anais da EnANPAD e EnAPG não possuem esta informação. Mas, pretende-se levantar esta informação num momento posterior, por meio da leitura dos resumos dos artigos, tendo em vista outras possibilidades de utilização deste banco de dados.

É importante notar que esta pesquisa está em fase final de elaboração. Assim, embora neste momento não se possam traçar afirmações peremptórias, dada a enorme quantidade de dados levantados e o estágio em que a investigação se encontra, algumas inferências já podem ser feitas. Pois, no universo de 1853 artigos pesquisados e aproximadamente 40.000 citações consideradas, o presente trabalho concluiu a análise de aproximadamente 80% do universo total de referências.

O método de análise utilizado neste trabalho difere dos métodos adotados em outros trabalhos similares sobre a produção científica nacional (SARAIVA; CARRIERI, 2009; SILVA; FADUL, 2009; BIGNETTI; PAIVA, 2006; TONELLI *et al*, 2003; VIEIRA, 2003; BERTERO *et al*, 1998; ROESCH *et al*, 1997; VERGARA; CARVALHO, 1995; BERTERO; KEINERT, 1994; MACHADO-DA-SILVA *et al*, 1990).

A maior parte destes trabalhos, que analisaram a produção acadêmica em administração, estava mais preocupada em examinar questões relativas à autoria (número de autores, instituições a que estavam vinculados), aos temas abordados, às metodologias utilizadas e à natureza dos trabalhos gerados (ensaios teóricos, trabalhos empíricos e trabalhos teórico-empíricos).

O foco desta pesquisa, por sua vez, está nas referências bibliográficas. Desse modo, no que se refere ao método de análise dos trabalhos, esta pesquisa considerou como parâmetro principal as referências utilizadas como base para os trabalhos apresentados nos eventos. Examinou-se o número de referências bibliográficas por artigo e a presença de intérpretes do pensamento social brasileiro. Buscou-se, assim, elaborar um panorama inicial da produção científica brasileira em administração pública, com base nas suas fontes teóricas.

A definição dos autores considerados como intérpretes do pensamento social brasileiro foi feita com base em trabalhos sobre o tema de Botelho e Schwacz (2009), Santiago (2002) e ABRAS (2011; 2008). Desse modo, no levantamento desta pesquisa foram tratados mais de quarenta autores, apontados como representativos do pensamento social brasileiro.

## 5 O Pensamento Acadêmico e a Reforma do Estado: Referências Teóricas

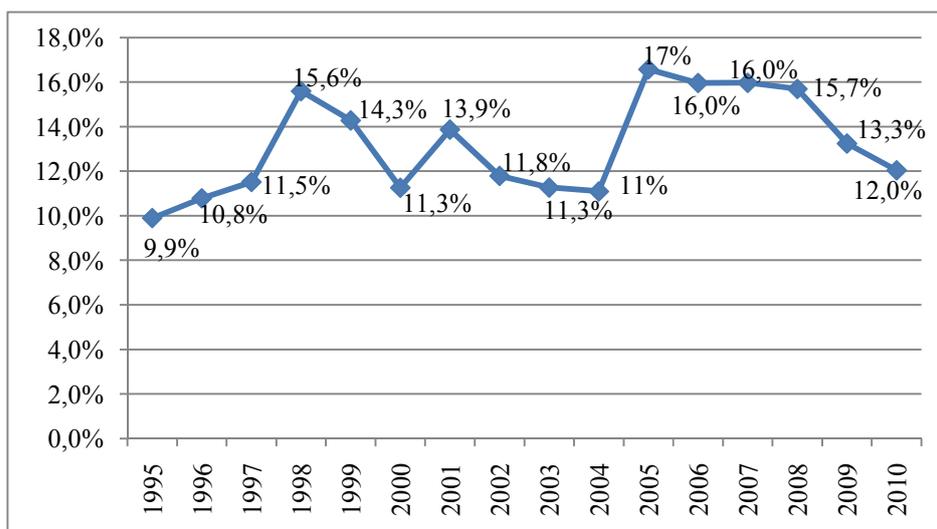
Nesta seção são apresentados os resultados obtidos no levantamento das referências bibliográficas dos artigos apresentados na área de administração pública, nos eventos já citados na seção de procedimentos metodológicos.

No período analisado (1995 a 2010), a produção científica em administração cresceu consideravelmente. Conforme pode ser observado na Tabela 1, apenas considerando os trabalhos apresentados nos EnANPADs o crescimento percentual do número de trabalhos apresentados no encontro foi de 303% (de 212 trabalhos em 1995 para 855 trabalhos em 2010).

Nota-se que este crescimento pode ser considerado ainda como subestimado, na medida em que, além de não contabilizar os periódicos da área, contabiliza apenas o EnANPAD, o maior evento da comunidade acadêmica do país na área de administração e que ocorre anualmente. Este crescimento não contabiliza assim, todos os outros eventos criados para divisões específicas da ANPAD que ocorrem bienalmente como: a) Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO) com edições em 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010; b) Encontro de Estudos em Estratégia (3S) com edições em 2003, 2005, 2007 e 2009; c) Encontro de Marketing da ANPAD (EMA) com edições em 2004, 2006, 2008 e 2010; d) Encontro de

Administração Pública e Governança (EnAPG) com edições em 2004, 2006, 2008 e 2010; e) Simpósio da Inovação da Gestão Tecnológica com edições em 2006, 2008 e 2010; f) Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho com edições em 2007 e 2009; g) Encontro de Administração de Informação com edições em 2007 e 2009; e h) Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade com edições em 2007 e 2009, onde, certamente, também foram apresentados trabalhos sobre administração pública.

A produção científica da área de administração pública, seguindo a tendência da administração em geral, também apresentou um grande crescimento nos eventos analisados, com aumento percentual de 390% (de 21 trabalhos apresentados em 1995 para 103 trabalhos apresentados em 2010). Verifica-se assim, que a área de administração pública não só acompanhou o crescimento da produção acadêmica em administração, como na verdade apresentou um crescimento superior a esta. Observando-se a Figura 1, verifica-se que a representatividade da área de administração pública, a partir de 1995 sempre esteve acima do patamar de 10% e atingiu seu maior grau de participação em 2005 quando representou 17% dos trabalhos apresentados. É interessante notar, também, que nos últimos três anos a representatividade da área de administração pública apresenta uma tendência de queda. A análise dos motivos do aumento da representatividade da área no último decênio e meio e da tendência de queda observada nestes três últimos anos, não cabe no escopo deste trabalho.



**Figura 1. Evolução da Participação da Área de Administração Pública no Total de Trabalhos apresentados na EnANPAD**

**Nota.** Fonte: elaboração dos autores com base nos Anais do EnANPAD (1995-2010) e do EnAPG (2004 a 2010)

Conforme mencionado em seções anteriores, o crescimento quantitativo da produção acadêmica em administração motivou a realização de inúmeros balanços críticos e avaliações, a maioria deles preocupados em avaliar a qualidade e os rumos que a produção acadêmica estaria tomando. Esta também é uma motivação que norteou a elaboração deste panorama da produção científica em administração pública. Desse modo, após ter sido verificado a evolução do número de trabalhos, será apresentado um panorama preliminar de alguns aspectos que poderiam ser considerados indicativos para a avaliação de qualidade e relevância dos trabalhos da área.

O foco da análise desta pesquisa está nas referências bibliográficas utilizadas para a elaboração dos artigos apresentados nos eventos, pois, conforme mencionado anteriormente, entende-se que as referências representam o suporte teórico de argumentação do autor e, ao revelarem suas preocupações e preferências, representam um bom indicador da importância

atribuída à produção científica nacional e seu condicionamento a outras culturas (VERGARA; PINTO, 2005).

Assim sendo, o levantamento dos 1853 artigos pesquisados revelou uma base de mais de 40.000 referências. Observou-se um crescimento expressivo de mais de 860% entre o número de referências encontradas nos artigos no ano de 1995 em comparação com o número encontrado em 2010. Este crescimento reflete, em parte, o crescimento do número de trabalhos apresentados na área de administração pública, que apresentou crescimento de 390% no período, mas também reflete um aumento do próprio número médio das referências utilizadas por artigo. Pois, enquanto no ano de 1995 o número médio de referências bibliográficas (obtido pela divisão entre o número total de referências e o número total de artigos) é de 14 citações, em 2010 este número cresce para uma média de 29 referências por artigo. Estes números são corroborados pela análise da frequência do número de referências, onde se observa que em 1995, apenas 14 % dos trabalhos tinham mais de 20 referências enquanto que em 2010 este número cresce para 73% dos trabalhos.

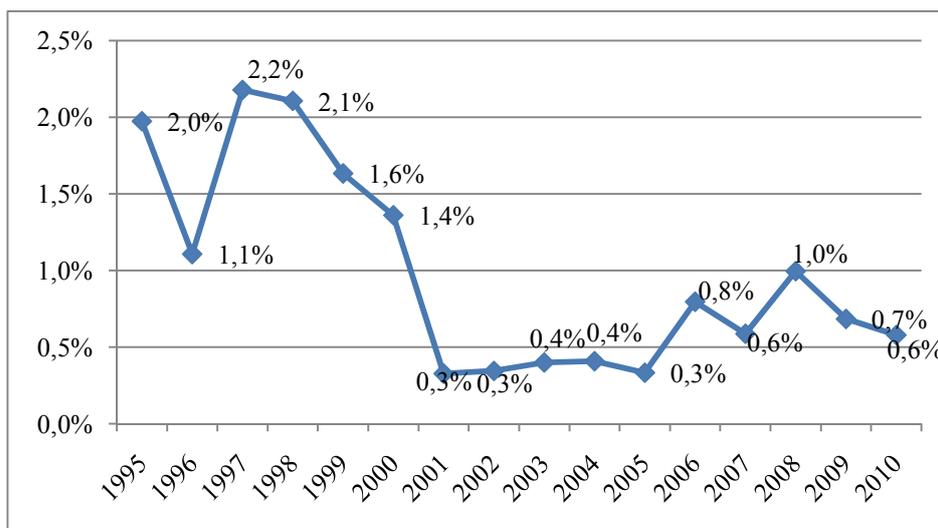
A pouca frequência com que o referencial teórico brasileiro é utilizado é outro ponto que chama a atenção na análise das referências bibliográficas. Este fato já foi observado em outras áreas da produção científica em administração, como na área de estratégia, onde Bignetti e Paiva (2001) realizaram uma análise das citações e levantaram a possibilidade de uma visão “colonizada” dos autores nacionais.

Os modelos estrangeiros, e muito especialmente anglo-saxônicos, imperam na academia brasileira e ocultam isolados esforços de desenvolvimento de uma abordagem nacional adequada às condições competitivas do mercado brasileiro (BIGNETTI; PAIVA, 2001, p.10).

Para corroborar esta afirmação, Bignetti e Paiva (2001) argumentam que autores nacionais considerados representativos na área por seus pares, como Clovis Machado-da-Silva e Maria Ester de Freitas, receberam apenas, respectivamente, dez e sete citações nos quatro anos de publicação examinados.

Na área de Administração Pública, de modo semelhante ao observado na área de Estratégia, também se verificou um baixo índice de referências bibliográficas de autores nacionais. Assim, nos vinte encontros pesquisados, observou-se que os autores considerados intérpretes “clássicos” do pensamento social brasileiro, relacionados anteriormente na seção de procedimentos metodológicos, receberam poucas referências.

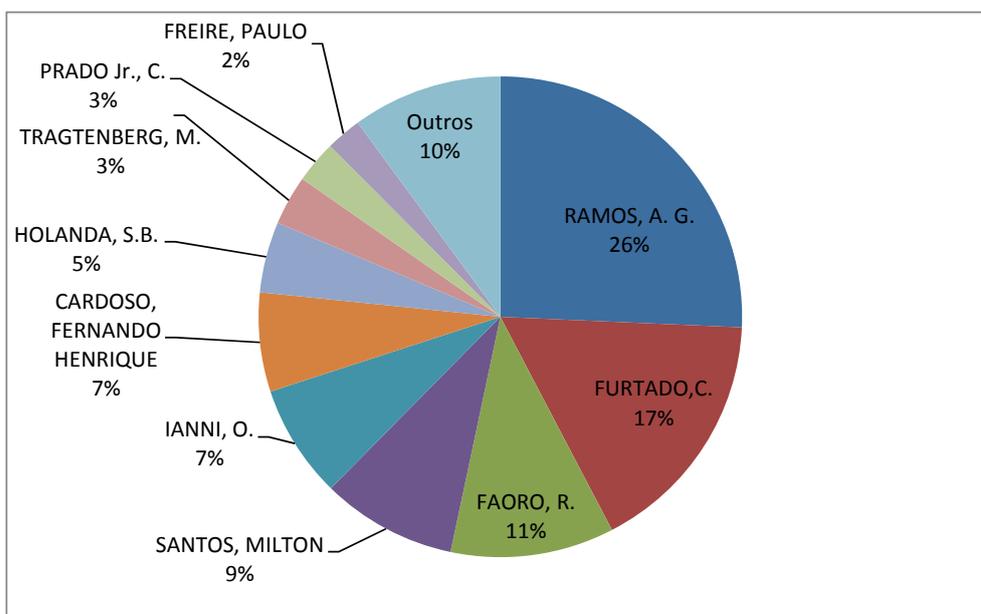
A pequena participação dos autores clássicos do pensamento social brasileiro pode ser observada na Figura 3. O exame da evolução da participação destes autores ano a ano demonstra que esta participação oscila entre 0,3 e 2,2% do total das referências bibliográficas. A análise das causas desta participação tão baixa das referências do pensamento social brasileiro no total das referências utilizadas nos trabalhos de administração pública, não faz parte do escopo deste trabalho. Porém, é possível observar uma divisão do comportamento das referências em três momentos: a) um primeiro momento de 1995 a 2000, onde a participação das referências do pensamento social brasileiro oscila entre 1,1 e 2,2% e, apesar do patamar extremamente baixo, seria o “melhor” momento dentro do período analisado; b) um segundo momento de 2001 a 2005, onde o patamar de participação do pensamento social brasileiro varia entre 0,3 e 0,4% e; c) um terceiro momento de 2006 a 2010, onde a participação das referências do pensamento social brasileiro varia de 0,6 a 1%. Adicionalmente, também verificou-se que a participação dos quarenta e dois autores selecionados corresponde a menos de 1 % das citações, considerando o total de citações destes autores nos dezesseis anos pesquisados sobre o total de citações dos trabalhos da área de administração pública.



**Figura 3. Participação do Pensamento social Brasileiro no total das citações**

Nota. Fonte: elaboração dos autores com base nos Anais do EnANPAD (1995-2010) e do EnAPG (2004 a 2010)

O levantamento das referências dos intérpretes do pensamento social brasileiro permitiu observar que mais da metade dos pensadores selecionados não recebeu nenhuma citação nos eventos EnANPAD e EnAPG no período observado (1995-2010). Entre os representantes do pensamento social brasileiro que foram relacionados nas referências bibliográficas nestes eventos, pode-se destacar Guerreiro Ramos como o mais mencionado (26%), seguido de Celso Furtado (17%) e Raimundo Faoro (11%). É importante notar que apenas estes três autores concentram mais de 50% das referências do pensamento interpretativo do Brasil. A Figura 4 apresenta a participação de cada autor no total de referências encontradas sobre o pensamento social brasileiro.



**Figura 4. Participação dos Intérpretes no Total de Referências do Pensamento Social Brasileiro apresentadas no EnANPAD e no EnAPG (1995-2010)**

Nota. Fonte: elaboração dos autores com base nos Anais do EnANPAD (1995-2010) e do EnAPG (2004 a 2010)

Este pouco índice de citações dos “clássicos” é curioso e de certa forma contraditório, na medida em que na área de Administração Pública, a peculiaridade do Estado brasileiro e a atribuição destas características peculiares ao nosso processo de formação do Estado Nacional e a traços culturais são temas recorrentes. Seria de se esperar, então, que os intérpretes clássicos do pensamento social brasileiro que tão bem retratam este processo de formação do Estado brasileiro, bem como traços da cultura brasileira fossem mais referenciados em trabalhos de pesquisa sobre a administração pública nacional.

## 6 Considerações Finais

Como já referido, este relato de pesquisa pretendeu traçar um panorama preliminar da produção científica da área de administração pública, tendo como foco o estudo das referências bibliográficas utilizadas nos trabalhos apresentados nos eventos da EnANPAD e EnAPG, no período de 1995 a 2010.

A área de administração pública apresentou crescimento tanto em termos absolutos de número de artigos apresentados, como na participação relativa da produção da área no total da EnANPAD. Pois, o número de trabalhos apresentados cresceu 390% (de 21 trabalhos apresentados em 1995 para 103 trabalhos apresentados em 2010). E a representatividade da área de administração pública, a partir de 1995 manteve-se acima do patamar de 10%, atingindo seu maior grau de participação em 2005 quando representou 17% dos trabalhos apresentados.

Em relação às referências bibliográficas utilizadas pela área, observou-se um crescimento de 207% (de 14 para 29 referências em média por trabalho) no período.

Por outro lado e como principal constatação desta investigação observou-se uma participação baixíssima (mínima de 0,3% - anos de 2001, 2002 e 2005 e máxima de 2,2% - ano de 1997) de referências às obras clássicas do pensamento social brasileiro e de seus intérpretes em todo o período analisado, sendo destacável a participação de Alberto Guerreiro Ramos com 26% dessas citações.

Como referido anteriormente, Ricoeur (2007) adverte que tanto o excesso quanto a escassezes de memória- ou do interesse pela mesma- são representativos de algo. O que representaria, de acordo com esse autor, o significativo esquecimento das leituras interpretativas do Brasil e de sua dinâmica social entre os analistas acadêmicos contemporâneos?

Por outro lado, e considerando o já referido caráter singular e histórico do fenômeno administrativo (MARTINS, 1999, 2001; COSTA, BARROS e MARTINS, 2010), como explicar uma muito significativa tendência de queda de participação do pensamento nacional brasileiro nas reflexões acadêmicas durante o período estudado (2% em 1995 e 0,5% em 2010), nomeadamente considerando que este cobre a primeira década e meia de implementação da reforma administrativa preconizado pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado?

É consensual na literatura administrativa que os períodos de grandes mudanças na dinâmica do espaço organizacional suscitam maior atenção por parte dos seus reformadores no que concerne aos institutos básicos que presidem sua configuração. Essa linha de pensamento inspirou o recorte temporal desta pesquisa acadêmica. Assim, além de muito significativa, chega meso a ser bastante preocupante o quadro revelado nos dados acima.

Finalmente, com a conclusão do levantamento bibliográfico e a completude do banco de dados desta pesquisa, muitas outras indagações como as acima formuladas deverão surgir e – quem sabe? – as respostas às questões formuladas.

## Referências Bibliográficas

ABRAS/EBAPE/FGV. **O Brasil em Evidência: a utopia do desenvolvimento**. Folheto do Simpósio, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Organizacional no Pensamento Interpretativo no Brasil (1808-1960)**. Folheto do Grupo de Discussão, Rio de Janeiro, 2011.

ANDRADE, J.A. A Insustentável qualidade da produção científica em administração no Brasil: uma história sem fim? In: **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 5, nº 1, jan/mai 2007.

BERTERO, C. O., CALDAS, M. P., WOOD JR. T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. In: **Revista de Administração de Empresas**, v.3, n.1, jan./abril 1999.

BERTERO, C. O.; KEINERT, T. M. M. A Evolução da análise organizacional no Brasil (1961-93). **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 81-90, 1994.

BIGNETTI, L.P.; PAIVA, E.L. *Estudo das citações de autores de estratégia na produção acadêmica brasileira*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2001.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

CALDAS, M. Contribuição Teórica: Como Assim Cara Pálida? **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 65-68, 2003. .

CARVALHO, C.A.; VIEIRA, M.M.F. Algo está podre no Reino da Dinamarca. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.10, n.26, p.185-187, jan./abr. 2003.

COSTA, Alessandra S. M; BARROS, Denise, F. e MARTINS, P.E.M. Perspectiva Histórica em Administração: Novos Objetos, Novos Problemas, Novas Abordagens. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, jul/set 2010.

FADUL, E.M.C.; SILVA, M.A.M. Limites e Possibilidades Disciplinares da Administração Pública e dos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 3, Jul./Ago. 2009.

JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A.; BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: um levantamento da produção científica brasileira divulgada em periódicos da área de administração entre 1996 e 2005. **Revista de Administração Contemporânea**, vol.12, no.3, set. 2008.

KLIKSBERG, Bernardo. **Como reformar o Estado para enfrentar os desafios sociais do terceiro milênio**. Revista de Administração Pública. 35(2), março/abril de 2001.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**. 42(5), setembro/outubro de 2008.

MACHADO DA SILVA, C.; CUNHA, V.C. da; AMBONI, M. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 14., 1990, Florianópolis. **Anais...**

MARTINS, P.E.M. **A Reinvenção do Sertão: A Estratégia Organizacional de Canudos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

- \_\_\_\_\_. A Significação do Espaço Organizacional. In: : ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 23, 1999. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999.
- MISOCZKY, M. C.; FLORES, Rafael Kruter; BOHM, Steffen. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. **Organizações e sociedade**, vol.15, nº45, abr/jun de 2008, p.181-193.
- OSBORNE, D. ; GAEBLER, T. **Reinventando o Governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Trad. de Sérgio Fernando Guarischi Bath e Ewandro Magalhães Jr. 5ª ed. Brasília: MH Comunicação, 1995.
- PAULA, Ana Paula Paes. Administração Pública Brasileira Entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **Revista de Administração de Empresas**. 45(1), janeiro/março de 2005
- PETERS, B. Guy e PIERRE, John. Governance Without Government? Rethinking public administration. **Journal of Public Administration Research and Theory**. 8(2), 1998.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.
- RICOEUR, P. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- RIGGS, Fred. **A ecologia da administração pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Administração nos países em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1968.
- SANTIAGO, S (Org.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- SARAIVA, E., & CARRIERI, A. (2009). Citações e não citações na produção acadêmica de estratégia no Brasil: uma reflexão crítica. **Revista de Administração da USP**, 44(2), 158-166.
- TONELLI, M.; CALDAS, M.; LACOMBE, B.; TINOCO, T. Produção acadêmica em Recursos Humanos no Brasil: 1991-2000. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 105-122, 2003.
- VERGARA, S.; CARVALHO JR., D. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, v. 1, 1995.
- VERGARA, S., PINTO, M. C. S. “Nacionalidade das referências teóricas em análise organizacional: um estudo das nacionalidades dos autores referenciados na literatura brasileira.” In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 1º, 2000, Curitiba. **Anais...**Curitiba, 2000.
- VIEIRA, F. G. Narciso sem espelho: a publicação brasileira de marketing. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 81-90, 2003.